

PANORAMA ECONÔMICO



MÍRIAM LEITÃO

Sinais cruzados

• No dia em que tinha que anunciar cortes, o presidente Fernando Henrique acenou com mais gastos. Este ministério da produção do qual ele falou, o que seria senão mais despesas, subsídios? A produção brasileira só precisa de juros baixos, e isto virá do ajuste fiscal. Qualquer outro caminho é perigoso e nos levará aos descaminhos conhecidos. Ele não podia falar só para o mercado, era o dia de falar para todos. Mas faltaram fatos.

Montar o discurso de ontem era um equilíbrio delicado. O presidente precisava falar para vários públicos. A chance de agradar a todos era remota. Começou certo. Mostrou emoção ao agradecer aos eleitores. Tem razão de estar emocionado. Recebeu perto de 45 milhões de votos apesar de tudo: da crise, do desemprego, do desgaste de quatro anos, das ameaças de colapso do real, dos alertas que ele mesmo fez ao país de que poderia até aumentar impostos. Foi uma vitória consagrada.

Ele não poderia apresentar um pacote com cortes imediatos, como gostaria o mercado. Existem os ritos democráticos, incontornáveis. Mas teria que dar uma direção. O aviso de que não cortará gastos sociais é aceito por todos, do mercado à população, passando pelos políticos. A inclusão no orçamento do mecanismo de corte automático de gastos é um dado importante, mas insuficiente. Marcar a apresentação do programa para daqui a 12 dias foi considerado um tempo demasiado por alguns, mas um conforto, para outros. Carlos Kawall, do Citibank, acha positivo marcar uma data.

— Claro que causa ansiedade, mas pelo menos se tem uma data.

Gustavo Loyola, do Tendências, fez a mesma avaliação.

— O mercado se decepcionou, mas eu não me decepcionei. Acho que ele deu sinais importantes. Foi menos do que o mercado queria, mas pelo menos tem uma data.

Até lá são oito pregões, oito dias para perda de reservas.

— O que ele disse não reverte a bolsa, não reverte o fluxo — avisa José Alfredo Lamy, do Liberal Asset Management.

Os tempos do mercado são mais curtos do que os das outras pessoas. Mas há 50 dias foi iniciada a atual onda de pânico em relação ao real, que já consumiu US\$ 30 bilhões das reservas. A equipe econômica do Governo conhece há tempo demais a urgência do ajuste para tanta demora.

Ontem não era dia de falar só para o mercado, mas era também dia de falar para o

mercado. De substantivos e não de adjetivos vivem as máquinas de calcular das instituições que tomam decisões de entrar ou sair com dólares que formam as reservas.

Qualquer que fosse o teor do discurso, o mercado se decepcionaria, porque criara expectativas insensatas. Mas ele poderia avançar um pouco mais. O presidente não falou em privatização, mas falou em criação de um ministério.

O agrado que quis fazer aos empresários que pedem proteção e acesso exclusivo ao mercado interno não combina com as promessas de ajuste. A articulação com o sistema produtivo brasileiro só poderá ser feita com concessões, incentivos, redução de impostos, subsídios, porque é isto que eles pedem. E tudo o que pedem é veneno para uma economia que precisa de austeridade. A idéia de um ministério da indústria e comércio ampliado é assustadora. Era o último dos recados que se esperava ouvir ontem.

— Foi como tocar rock num enterro — comparou Loyola.

A única estratégia de política econômica que de fato ajudará a produção nacional é fazer logo o ajuste, para que os juros possam cair. Menores, eles beneficiarão toda a economia e não os setores mais articulados. Tudo o mais que nos trará crescimento, como construção civil ou agricultura, precisa não de uma política de favorecimento, mas de juros baixos. O novo sistema de financiamento imobiliário está pronto, mas não funciona. Porque precisa de juros baixos. Então, o que ajuda a toda a produção é a redução dos juros, viabilizada pelo ajuste fiscal.

O presidente não poderia dar sinais contraditórios como deu num momento em que a moeda está sendo atacada. E ela está sendo atacada não apenas por "desatinos de um sistema financeiro que montou quase um cassino", mas porque o Brasil tem a fratura exposta de um déficit público de quase 8% do PIB. E é só por isto que o Brasil está sendo mais atacado do que a Argentina, o Chile e o México.